

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

KATIA CILENE DE ALMEIDA

RAÍZES ENTRELAÇADAS NO TEMPO:

A Magnólia e o Museu de Porto Alegre

Joaquim Felizardo



Porto Alegre
2018

KATIA CILENE DE ALMEIDA

RAÍZES ENTRELAÇADAS NO TEMPO:

A Magnólia e o Museu de Porto Alegre

Joaquim Felizardo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^ª Dra Ana Celina Figueira da Silva

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora Karla Maria Müller

Vice-Diretora Ilza Maria Tourinho Girardi

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefia Jeniffer Alves Cuty

Chefia Substituta Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora Ana Celina Figueira da Silva

Coordenadora Substituta Márcia Regina Bertotto

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705

Bairro Santana

Porto Alegre - RS

Telefone (51) 33085067

E-mail: fabico@ufrgs.br

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Katia Cilene de
RAÍZES ENTRELACADAS NO TEMPO: A Magnólia e o Museu
de Porto Alegre Joaquim Felizardo / Katia Cilene de
Almeida. -- 2018.
50 f.
Orientadora: Ana Celina da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Magnólia. . 2. Museu de Porto Alegre Joaquim
Felizardo. . 3. Arborização. . 4. Patrimônio
ambiental. . I. Silva, Ana Celina da, orient. II.
Título.

Katia Cilene de Almeida

RAÍZES ENTRELAÇADAS NO TEMPO:

A Magnólia e o Museu de Porto Alegre

Joaquim Felizardo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^ª Dra Ana Celina Figueira da Silva

Aprovado em de de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Ana Celina Figueira da Silva (Orientadora) – UFRGS

Prof^ª. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS

Prof^ª. Me. Marlise Maria Giovanaz – (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigada à UFRGS, pela alta qualidade na oferta de ensino público, sem a qual não teria ido aos mais gratificantes caminhos do conhecimento.

À minha querida orientadora, professora Ana Celina, amorosa e dedicada mestra pela atenção e incentivo na produção deste trabalho.

À professora Iza, pela afinidade com as questões ambientais e incentivo.

À professora Marlise, pelas sempre ótimas conversas e risadas nos corredores.

À Letícia Bauer, diretora do MPAJF pelas importantes contribuições e vibração pelo tema.

Ao meu filho Davi, pela compreensão e paciência.

Ao Marcio, companheiro de todas as horas, pela força e incentivo incondicional.

A minha família, amigos e colegas que me acompanharam nesta trajetória, fazendo toda a diferença.

RESUMO

Esse trabalho de Conclusão de Curso toma como objeto de estudo a árvore Magnólia localizada no pátio do Museu Joaquim José Felizardo (MJF) na cidade de Porto Alegre, apresentando informações históricas, botânicas e fitossanitárias dessa árvore. A pesquisa, de caráter documental qualitativo, aborda aspectos do processo da arborização urbana de Porto Alegre, de seu início até os dias atuais, destacando a realização da Festa das Árvores. Discorre sobre a inserção da Magnólia do MJF no Inventário das árvores tombadas e imunes ao Corte e Supressão realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre e analisa a abordagem da árvore Magnólia nas ações culturais-educativas do MJF registradas a partir de 1983 até os dias atuais. Destaca a possibilidade iminente do desaparecimento da Magnólia e considera que ela poderia ser mais evidenciada nas ações do MJF, sendo mote para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental enquanto uma diretriz de trabalho do museu. Nesse sentido, destaca a importância dos museus incluírem o meio ambiente em suas atividades, trabalhando a noção de patrimônio de forma ampla, para além do patrimônio edificado.

Palavras-chave: Magnólia. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. Arborização. Patrimônio ambiental.

ABSTRACT

This work of Conclusion of Course takes as object of study the Magnolia tree located in the courtyard of the Museum Joaquim José Felizardo (MJF) in the city of Porto Alegre presenting historical, botanical and phytosanitary information of this tree. The research, which is of qualitative documentary nature, deals with aspects of the urban arborization process of Porto Alegre, from its beginning to the present day, highlighting the Trees Festival. It discusses the insertion of this Magnolia in the Inventory of trees that are protected and immune to the Cutting and Suppression carried out by the Municipal Department of Environment of Porto Alegre and analyzes the approach of the Magnolia tree in the cultural-educational actions of the MJF registered from 1983 until the current days. It highlights the imminent possibility of the disappearance of the Magnolia and considers that it could be more emphasized in the actions of the MJF, being a subject for the development of activities of environmental education as a guideline for the museum's work. In this sense, it highlights the importance of museums to include the environment in their activities, working the notion of patrimony broadly, in addition to the built heritage.

Keywords: Magnolia. Museum of Porto Alegre Joaquim Felizardo. Afforestation. Environmental heritage.

SUMÁRIO

1 ÁRVORES PELO CAMINHO.....	10
2 QUE ÁRVORE É ESSA?.....	14
2.1 Prazer em conhecê-la!.....	15
2.2 Porto Alegre, o Solar e a Magnólia- Raízes que se cruzam.....	20
2.3 Folhas, flores e ramos- Arborização urbana, as festas e o Inventário de tombamento.....	25
3 MAGNÓLIA - PATRIMÔNIO VIVO.....	31
3.1 O plantio-necessidade de novos padrões de comportamento.....	31
3.2 Os frutos - Magnólia nas atividades culturais do MJF.....	34
4 AS SEMENTES- MAGNÓLIA TE LEVO NO CORAÇÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXO A	49
ANEXO B.....	50

1 ÁRVORES PELO CAMINHO

Em meu trajeto de ida e volta para a Universidade, nestes últimos quatro anos, foi grande o número de paradas no caminho por conta do trânsito. As sinaleiras que abriam e fechavam, combinadas com o fluxo dos carros em movimento, determinavam o ritmo da viagem diária. Nestes trinta minutos dirigindo, durante essas pequenas pausas, foi muito agradável perceber pelas ruas de nossa cidade o grande número de árvores. O verde é uma surpresa para os olhos. Dependendo da estação, tons de roxo, vermelho, amarelo e rosa vão proporcionando alegria aos olhos pela diversidade de espécies que embelezam nossas vias. Numa comunicação visual, essas maravilhas da natureza acompanham meus itinerários pela cidade.

O chão dos parques, por vezes, fica coberto com verdadeiros tapetes de flores caídas, proporcionando um clima de alegria e beleza para as pessoas. Sendo nativas, exóticas ou invasoras¹ as árvores dividem conosco o espaço urbano, nos dando sombra, flores e frutos. Elas são fundamentais, um patrimônio vivo e importantíssimo em nossa cidade. Abrigam a fauna, dão sombra diminuindo a temperatura, drenam água da chuva para o subsolo evitando enxurradas, aumentam a umidade relativa do ar e diminuem a poluição sonora contribuindo para qualidade da vida urbana. Fazem parte do cotidiano de muitas gerações e pertencem ao imaginário de muitas pessoas.

Neste caminho diário, fui observando a altura e a grossura dos troncos de algumas árvores, tentando adivinhar a quanto tempo ocupam o lugar que habitam e me perguntando: quantas delas já foram suprimidas de nossa presença sem que ao menos tivéssemos pleno conhecimento de sua história? Esses seres vivos merecem todo nosso respeito, pois contribuem fundamentalmente com a qualidade do nosso meio ambiente, são imprescindíveis na nossa

¹ • espécies nativas: as espécies ou taxa inferiores ocorrentes dentro de sua área de distribuição natural presente ou pretérita, incluindo-se espécies migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo original de vida em biomas, ecossistemas ou bacias hidrográficas que fazem parte do território do Rio Grande do Sul; • espécies exóticas: as espécies ou taxa inferiores introduzidos fora da sua área natural de distribuição presente ou pretérita, incluindo qualquer nível, como gametas, sementes, ovos ou propágulos dessas espécies que possam sobreviver e posteriormente reproduzir-se (Convenção sobre Diversidade Biológica, Decisão VI/23), ainda que dentro do estado do Rio Grande do Sul, fora de sua área de distribuição natural; • espécies exóticas invasoras: espécie ou taxa inferior (incluindo qualquer nível, como gametas, sementes, ovos ou propágulos) ocorrente fora da sua área natural de distribuição presente ou pretérita e que, uma vez introduzida, se adapta e se reproduz invadindo os ambientes de espécies nativas, produzindo alterações em processos ecológicos naturais e/ou na composição e/ou riqueza de espécies, tendendo a se tornar dominante, com reflexos negativos também para a economia e para a saúde humana. (SEMA-RS) Para saber mais acesse <http://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/28164322-exoticas-invasoras-versaodigital.pdf>

vida.

O interesse que manifesto pela natureza se explica pela minha trajetória, já que nasci e cresci no interior, em uma propriedade rural que, além de área cultivada para agricultura, tinha uma imensa reserva de árvores nativas. Um lugar que para mim era mágico. Uma floresta para viver. Recanto de plantas dos mais variados tipos e frutinhas selvagens que manchavam a boca e que, intuitivamente, eu e minhas primas, comíamos e nos divertíamos vivenciando muitas experiências de contato com a natureza desde muito pequenas. As frutas de cada estação começávamos a comer ainda verdes, tamanha ansiedade, não conseguíamos esperar até que amadurecessem. Aos avisos da nossa avó, que nos alertava sobre uma possível dor de barriga, ríamos e nos escondíamos para subir nas árvores e conquistar o “topo do mundo”. Ao final da estação já estávamos empanturradas de tanta fruta. Na época dos cítricos, por exemplo, era suco, fruta cortada e sobremesa igual durante vários meses. A vivência da infância nesse espaço nos permitia perceber o ciclo das plantas, bem como observar as formigas e outros insetos, constatando sua fragilidade e os pequenos perigos que alguma picada poderia nos causar. Não havia outro lugar melhor no mundo. Mesmo vindo morar na cidade, anos depois, nunca me esqueci das “minhas” árvores. Minha vida tinha ficado marcada para sempre.

O contato com a natureza na infância, faz com que eu sempre observe a fauna e a flora dos locais onde estou, da cidade onde vivo. Foi assim que voltei o meu olhar para o objeto dessa pesquisa: a árvore Magnólia, localizada na frente do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (MJF)², que carinhosamente designo a alcunha de “senhora” devido a seu longo tempo de existência, provavelmente mais de cem anos.

A centenária Magnólia, integrante do conjunto de árvores inventariadas pela prefeitura de Porto Alegre, interage com a terra a seus pés, filtra o ar generosamente para que possamos respirar e acolhe milhares de outros pequenos seres em sua estrutura, além de contribuir com a diminuição dos ruídos urbanos. Essa explosão de vida cresceu ao longo dos anos sem que quase nos déssemos conta. Certamente, muitos passarinhos já fizeram ninhos em seus galhos, bastante vento forte já derrubou suas folhas e alguma criança já tentou escala-la. Se pudéssemos acessar suas memórias, muitas coisas descobriríamos. O que ela deve ter acompanhado, continuando ali, firme e resoluta enquanto pessoas chegam e saem e o bairro se constrói e se desconstrói ao seu redor?

² O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo está localizado na Rua João Alfredo, 582, bairro Cidade Baixa. E-mail: museu@smc.prefpoa.com.br.

Se por um lado, a preservação de algumas árvores de nossa cidade está protegida por leis, por outro, lamentavelmente, a especulação imobiliária e o crescimento vertiginoso da cidade vêm destruindo a natureza, trazendo grande impacto ambiental. Assim, encontrar meios de preservação de nosso patrimônio ambiental, é tarefa que se impõe a todos nós.

Percebo que nos museus que tem jardins e vegetação externa, há a grande chance de divulgar o patrimônio ambiental para as pessoas. Através de propostas culturais de caráter crítico e estimulante, pode-se promover a interação com a natureza, o que é fundamental e urgente. Nesse sentido, entendo que a aproximação da Museologia com o meio ambiente se dá a partir da constatação de que o “acervo” ambiental é de suma importância para a humanidade. A vida humana na terra depende de condições favoráveis, somos seres interdependentes desse frágil e ameaçado sistema.

Assim, na tentativa de perceber de que forma esse processo ocorre no MJF, busquei responder as seguintes questões: Como é entendida a presença da árvore Magnólia no Museu? De que forma as atividades desenvolvidas no Museu evidenciam a importância da Magnólia? A Magnólia é contemplada nas mediações e outras atividades culturais promovidas e oferecidas aos visitantes?

Entender como o Museu integra a árvore nas atividades desenvolvidas ao longo do tempo, e como aborda, promove, preserva e valoriza o patrimônio ambiental, será o principal objetivo dessa pesquisa.

Configuro minha proposta de pesquisa no sentido de conhecer as principais características morfológicas da Magnólia do MJF e sua história, ajudando a valorizar sua importância no contexto da instituição para que possa inspirar novas formas de preservação ambiental.

Parto do entendimento de que a abordagem museológica, através do tripé pesquisa, preservação e comunicação, deve ser estendida à área natural externa do Museu, pois compreendida como patrimônio cultural e ambiental, pode resultar na promoção de hábitos que valorizem a vida e a saúde.

Direcionar o olhar para o entorno do Museu é o primeiro passo para questionarmos como promovemos a valorização do meio ambiente em nossas instituições museológicas. É um convite de interação com a natureza, promovendo hábitos que melhoraram nossa qualidade de vida e beneficiam a sociedade como um todo.

A Magnólia já nomeou o atual prédio do MJF, que no começo do século XX era

conhecido como *Solar da Magnólia*, sendo mencionada quase sempre que se ouve falar do museu. Investigo aqui se há um trabalho pontual sobre a árvore nos registros das atividades da instituição, buscando especificamente, a abordagem sobre sua história, suas origens, seu cruzamento com a trajetória do Solar, sua relação com a arborização de Porto Alegre e quais as interações que proporciona aos visitantes do museu hoje.

Assim, considero a hipótese de que a inserção da Magnólia nas atividades do MJF pode ser um caminho para o desenvolvimento e/ou fortalecimento da cultura de preservação do patrimônio ambiental, ou seja, através de propostas culturais é possível promover a integração dos visitantes com a natureza. Nesse sentido, além do espaço interno do MJF e seu rico acervo ser explorado nas atividades da instituição, também uma abordagem do seu pátio ornado por diversas árvores e plantas, enriqueceriam ainda mais a visita de quem vai à instituição. A experiência museal estendida ao “ar livre”, voltando o olhar para além do patrimônio edificado e seus objetos, poderia desenvolver a noção de patrimônio de forma mais ampla.

Os trabalhos científicos que tomam esse Museu como objeto de pesquisa ressaltam o seu patrimônio edificado e arqueológico, destaco nesse sentido, as pesquisas de Sergio Giacomelli (1992), que conta a trajetória do Solar Lopo Gonçalves desde a construção até ser transformado em museu. O Caderno de Restauo I (1997) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que traz o registro das atividades de restauração do prédio. Também aponto a pesquisa de Luis Claudio P. Symanski (1998), referência para a arqueologia, história e desenvolvimento do bairro Cidade Baixa no século XIX e de Zita Possamai (2001), que trata da formação e preservação do acervo do MJF. Assim, considero que a investigação aqui proposta possa contribuir para aprofundar a reflexão de como a instituição inclui sua árvore centenária dentro da perspectiva de patrimônio ambiental, tema ainda não privilegiado nos estudos apresentados.

Nessa pesquisa de abordagem qualitativa, busquei na literatura específica, informações botânicas e ecológicas sobre a árvore Magnólia, levantando seus dados morfológicos. O processo histórico de tombamento da árvore, foi descrito através de pesquisa documental junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente–SMAM, responsável pelos decretos que instituíram o “Inventário das árvores imunes ao corte em Porto Alegre” (1976/1978) e em publicações sobre arborização urbana. Também foi analisado o acervo documental de variadas atividades realizados no museu, e outros documentos de rotina da instituição para compreender os processos de inclusão do objeto de estudo nestas ações. Nesse intuito, foi pesquisado o Estudo Museográfico, diagnóstico feito em 1996, solicitado pela direção do Museu na época, para área externa do MJF.

Portanto, a metodologia utilizada foi de caráter bibliográfico, detendo-se na pesquisa exploratória em livros pertencentes aos acervos das bibliotecas da SMAM, da biblioteca Municipal Josué Guimarães, do acervo da biblioteca do MJF além de documentos administrativos do Museu e do material fotográfico da Fototeca Sioma Breitmam³.

Além dessa introdução, este trabalho apresenta mais três capítulos. O capítulo segundo: “Que árvore é essa?” que é dividido em três partes, traz a identificação da árvore em seu aspecto ambiental, botânico e fitossanitário; contempla a Magnólia no contexto do Solar e aborda ainda as transformações na arborização de Porto Alegre através do tempo, incluindo informações sobre outras magnólias encontradas na cidade, as festas alusivas às árvores e o histórico da legislação de proteção através dos decretos municipais.

O terceiro capítulo investiga a Magnólia como patrimônio e analisa suas possibilidades nas atividades culturais do MJF. Nessa parte, pretendo perceber como se dão as propostas de atividade do museu a partir da análise dos dados coletados.

Ao final apresento algumas considerações comentando os resultados do trabalho, tendo em conta logicamente, que essa pesquisa não fecha a reflexão sobre o caso de estudo, que poderá ser mais aprofundado e desdobrado futuramente.

Passemos então à apresentação da nossa *velha Senhora...*

³ Localizada no MJF e que contém um acervo de 9000 imagens fotográficas sobre a cidade de Porto Alegre, entre os anos de 1860 a 2009.

2 QUE ÁRVORE É ESSA?

Neste capítulo apresento a árvore Magnólia do MJF mostrando suas especificidades botânicas bem como suas minhas investigações sobre sua origem, sua história, seus processos de preservação e seu estado fitossanitário atual. Trago a trajetória da pesquisa que trilhei sobre a cidade, o Solar, e a árvore, procurando compreender alguns aspectos da relação entre os três. Busco também mostrar um histórico da arborização urbana em Porto Alegre, incluindo magnólias que existiram e ainda existem. Conto um pouco como eram as comemorações das festas das árvores e finalizando o capítulo trago a parte legal, da qual fazem parte os decretos de tombamento municipal, o inventário – do qual a Magnólia do MJF faz parte - e sua atualização.

2.1 Prazer em conhecê-la!

Magnólias são árvores da família *Magnoliaceae* conhecidas popularmente por Magnólia branca ou Magnólia perene. Conforme Lorenzi (2003) são nativas do sudoeste dos Estados Unidos, encontradas em florestas subtropicais, ruas e parques daquele país. São amplamente usadas em paisagismo por conta de suas perfumadas flores de pétalas brancas aveludadas que chegam a medir 30 centímetros de diâmetro. As flores despontam solitárias nas extremidades dos galhos, primeiro um botão fechado, depois a flor, que tem entre 8 a 12 pétalas ovais. Após a floração, mudam de branco a creme e quando ficam secas, são marrons. Neste estágio, desenvolvem um fruto, bem no meio da flor, em forma de pinha, onde se alojam as sementes vermelhas muito apreciadas pelos pássaros, que são seus dispersores. A árvore produz sementes a partir dos 10 anos de idade, mas o ápice da produção é em torno de 25 anos. Após serem consumidas pelos pássaros, as sementes serão disseminadas e provavelmente, metade delas, germinarão novas mudas da árvore. Na Índia essa árvore é cultivada em jardins bem cuidados e é tida como sagrada. Eram as favoritas dos jardineiros britânicos⁴ na época da colonização daquele país.

O crescimento da magnólia é lento mas geralmente a árvore é muito longeva, passando dos 100 anos. Tem tronco normalmente reto e copa piramidal, com altura variável entre 10 e 30 metros. As folhas são verde-escuras brilhantes por cima e tem cor ferruginosa por baixo.

⁴ Conforme reportagem de Kiran Naraim em 23/10/2015 para o *The Tribune*. Disponível em: <https://www.tribuneindia.com/2005/20051023/spectrum/garden.htm>. Acesso em: 7/10/2018

Conforme for envelhecendo essa cor vai tomando conta de toda a folha, até finalmente se desprender do galho e cair.

Figura 1 – Fruto com sementes de Magnólia



Fonte: LORENZI, 2003

Figura 2 – Flor de Magnólia



Fonte: LORENZI, 2003

Em Porto Alegre há aproximadamente 1,3 milhão de árvores somente nas vias públicas, das quais mais da metade são exóticas. Ou seja, assim como a Magnólia, são aquelas trazidas de outros países e que não fazem parte da flora existente do Brasil, sendo que

o maior responsável por seu aparecimento é a colonização européia nos demais continentes. À medida que o homem foi colonizando novos ambientes, levou consigo plantas e animais domesticados, utilizados como fonte alimentar e de estimação, proporcionando para diversas espécies, condições de dispersão muito além de suas reais capacidades. (PAES, 2015 p. 4).

No período da colonização portuguesa, a biodiversidade era ainda menos conhecida e valorizada do que é hoje e colonizar o Brasil incluiu colonizar a natureza também. É na chegada da família real que se intensificou a importação de espécimes vegetais exóticas para cá. O Horto Real, mais tarde transformado em Jardim Botânico do Rio de Janeiro, recebeu as famosas palmeiras imperiais (*Roystonea Olerácea*), originárias da Venezuela, a partir de sementes ofertadas a D João VI pelos portugueses libertados das Ilhas Maurício. E ainda no século XIX, membros da corte portuguesa, influenciados por suas mulheres, solicitavam aos embaixadores e cônsules, que trouxessem do exterior mudas e sementes de espécies floríferas para ornamentar seus jardins. Assim chegaram ao Rio de Janeiro as primeiras roseiras, copos-de-leite, dalias, jasmims, lírios, cravos entre outros (PRIORE, 2016).

Uma das buscas dessa pesquisa se deu em relação à identificação da idade exata da Magnólia do MJF. Conforme o professor Dr Juliano de Oliveira, da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), para estimar a idade de uma árvore, o método mais adequado é através da análise de anéis de crescimento, que são as camadas de lenho desenvolvidas normalmente a

cada ano. Contudo, como a árvore em estudo é tombada e encontra-se em estado fitossanitário delicado, não seria recomendável procedimento para a contagem de seus anéis, pois é preciso sondar o caule da planta, coletando material de amostra com ferramenta extratora. Também poderia se estimar a idade através do diâmetro do tronco da árvore, se conhecendo algo sobre a taxa de crescimento desta espécie na região. Uma alternativa intermediária seria verificar numa amostra de um galho grosso (5 ou 10 cm de diâmetro) os anéis de crescimento e que largura têm, para daí dimensionar a idade da árvore. Como a árvore teve recomendação de poda na última vistoria, foi solicitado que essa poda seja feita pelos técnicos da SMAM para se obter algum galho adequado ao procedimento de contagem dos anéis, mas até o momento não foi realizada a poda.

A respeito do terreno onde ela está localizada, deve-se ressaltar que há nele uma vegetação bastante rica. Na época da restauração do prédio do museu (1979-82), um técnico engenheiro florestal da SMAM procedeu o inventário das espécies vegetais com a finalidade de seu reaproveitamento (PMPA, 1979). Nesta ocasião as árvores foram etiquetadas pela SMAM com o nome científico e popular respectivo. Essas etiquetas de identificação não sobreviveram ao tempo e hoje não resta nenhuma. Também neste período houve um procedimento de manutenção da Magnólia, que recebeu uma dendrocirurgia, técnica que constitui em raspagem do material necrosado do tronco, tratamento com fungicida e preenchimento das partes ocas da árvore com cimento, procedimento usual até os anos 2000. Hoje em dia essa prática não é mais utilizada por se mostrar ineficiente, uma vez que o cimento é inerte e a árvore segue crescendo, o que acarreta abertura de espaços para infiltração de umidade no decorrer do tempo, promovendo apodrecimento e prejudicando a planta.

A Secretaria de Meio Ambiente de Porto Alegre classifica o estado fitossanitário das árvores em quatro categorias de saúde: indivíduo ótimo; indivíduo bom; indivíduo regular e indivíduo péssimo⁵. Infelizmente a Magnólia do Museu na vistoria feita pelos técnicos em 30/07/2018, foi classificada como em estado “péssimo”, que é o último estágio antes da morte

⁵ Os parâmetros de classificação definidos pela SMAM são: “Indivíduo ótimo – árvore vigorosa e sadia; sem sinais aparentes de ataque de insetos, doenças ou injúrias mecânicas; pequena ou nenhuma necessidade de manutenção; forma ou arquitetura característica da espécie. Indivíduo bom – árvore de médias condições de saúde e vigor; necessita de pequenos reparos ou poda; apresenta descaracterização da forma; apresenta sinais de ataque de insetos, doenças ou problemas fisiológicos. Indivíduo regular – apresenta estado geral de início de declínio; apresenta ataque severo de insetos, doença ou injúria mecânica com potencial de descaracterizar sua arquitetura, causar seu desequilíbrio ou comprometer sua estabilidade. Indivíduo péssimo – em avançado e irreversível declínio; apresenta ataque muito severo por insetos, doença ou injúria mecânica, descaracterizando sua arquitetura ou desequilibrando o vegetal; problemas fisiológicos cujos reparos não resultarão em benefícios para o indivíduo. Indivíduo morto – árvore seca ou com morte iminente.” (ELY, 2013, p.8).

de uma árvore dentro do Inventário de Imunidade. Tive acesso à ficha anterior de diagnóstico feita em 2012 (Apêndice A) e à ficha atual, que foi preenchida nesta ocasião da visita em julho, onde a árvore foi novamente medida e avaliada (Apêndice B). Comparando as duas fichas pude perceber que o estado da árvore mudou bastante no decorrer desses seis anos, tendo uma decaída nos aspectos altura, em que perdeu 1 metro, e diâmetro da copa, em que perdeu 2,5 metros. Também ocorreu o aumento de infestação de parasitas. A avaliação encontrou partes ocas no tronco, colmeias de abelhas nativas e, em vários galhos, a presença de erva-de-passarinho, planta parasita que costuma atacar árvores antigas alimentando-se da seiva e acabando por enfraquecê-las. A Magnólia do MJF também apresenta atualmente necroses, fungos e resquícios da dendrocirurgia sofrida em décadas anteriores, como mencionado anteriormente.

Conforme o último diagnóstico, há perigo de queda de galhos grandes e já apodrecidos. A parte central do tronco tem a maior porção comprometida o que pode ocasionar, inclusive, a rachadura central da árvore. O recente diagnóstico feito pela SMAM resultou na recomendação de poda drástica, ou seja, retirada de todas as partes mortas e os galhos saudáveis com infestação de erva-de-passarinho. Isso talvez não resolva o problema fitossanitário, mas diminui os riscos de acidentes no pátio e no telhado.

Segundo as técnicas, engenheira agrônoma e arquiteta, servidoras da SMAM, esta poda ocasionaria também uma grande diminuição do porte arbóreo da Magnólia, o que exigiria um acompanhamento mais detalhado, pois a árvore já está muito comprometida, o que requer um estudo orientando a seleção dos galhos a serem retirados, identificando e preservando aqueles que sustentam a árvore de pé. A orientação é de observação da perda de galhos durante temporais de vento intenso, o que pode ocasionar quebra dos galhos mais apodrecidos.

Figura 3- Vistoria da Eng Agrônoma



Fonte: a autora, julho/ 2018.

Figuras 4 - Vistoria da Arquiteta



Fonte: a autora, julho/ 2018.

Magnólias também são encontradas na Ásia, Índia e Europa. Em Portugal, a maior magnólia do país, estava no pátio do Convento de Nossa Senhora do Desterro em Monchique, Algarve. Sucumbiu ao tempo em 2016, com aproximadamente 200 anos⁶. Fazia parte da Rota das Árvores Monumentais⁷ da localidade. Um roteiro turístico e cultural onde se escolhe percorrer um trajeto de dois ou quatro quilômetros, para admirar árvores, jardins, bosques, aspectos da arquitetura e tradições locais.

A magnólia, que pertencia à Rota, vinha apresentando sinais de declínio desde 2011, quando perdeu completamente todas as folhas e, desde então, teve seu acesso restrito a técnicos especializados, que vigiavam e tratavam a árvore. Infelizmente não tiveram sucesso e em 2016, ela chegou ao final de sua vida. Hoje resta apenas seu tronco seco caído no chão. A preocupação de preservar a memória da Magnólia resultou em uma homenagem. Foram plantadas no mesmo terreno outras duas mudas de magnólia no intuito de perpetuar a tradição

⁶Jornal Sul Informação, 2017. Disponível em: < <https://www.sulinformacao.pt/2017/03/magnolia-do-convento-morreu-mas-monchique-nao-deixa-apagar-a-sua-memoria/>>. Acesso: 04 nov 2018.

⁷Rota das árvores Monumentais. Para saber mais acesse <<http://www.viaalgarviana.org/wp-content/uploads/2015/07/Rota-das-Arvores-Monumentais-PT.pdf>>

das crianças irem ao local visitá-la.

Estas crianças, ao contrário de outras gerações monchiquenses, não vão ter a oportunidade de dar o seu primeiro beijo junto àquela árvore ou de tentar abraçar o seu tronco de mãos dadas, mas Rui André, presidente da Câmara de Monchique quer que guardem também elas memórias da magnólia de Monchique. (SUL INFORMAÇÃO, 2017, Doc. eletr.)

O público escolhido foram as crianças em idade escolar.

Figura 5- Objeto simbólico feito com a madeira da magnólia



Fonte: COSTA, 2017

Esta foi a maneira que a administração pública encontrou para perpetuar a memória da magnólia, num esforço de enquadrá-la como patrimônio afetivo para as gerações futuras. Cada estudante, além de participar do plantio das mudas no local, levou para casa um objeto simbólico (figura 5) feito com a madeira da magnólia morta e duas sementes da árvore para plantar.

Em relação à Magnólia do Museu MJF, contar sua história, levantar dados sobre sua contextualização na cidade e resgatar seus registros fotográficos através do tempo é uma tentativa de perceber como sua existência e preservação são trabalhadas e podem ser potencializadas nas atividades do Museu.

A execução dessa pesquisa também busca compreender o caminho escolhido pelo museu em relação ao fim da vida da magnólia, pois existe na instituição a intenção de produção de mudas novas a partir da floração no mês de outubro. É perceptível o interesse em sua preservação, haja vista que a equipe do museu está aguardando a produção de sementes para fazer mudas novas a partir delas e talvez pensar alguma ação cultural de distribuição das pequenas magnólias aos visitantes que tiverem espaço para plantar. Nesta possibilidade, está a

vontade de preservar a memória da Magnólia do MJF. Assim, percebo um sinal de que, apesar de não ser parte oficial do acervo da instituição, a árvore tem valor patrimonial. Visto que infelizmente esta *senhora* está no fim de sua vida, dentro do Museu, há um consenso de sua importância histórica e afetiva para a cidade.

Tentando compreender a relação da cidade, do Solar e do objeto de estudo, no próximo item, trago algumas informações breves sobre o histórico da antiga Porto Alegre, a trajetória do Solar, a sucessão de proprietários e a inserção da Magnólia nestes contextos.

2.2 Porto Alegre, o Solar e a Magnólia – Raízes que se cruzam

Na Porto Alegre do início do século XIX eram muitas as propriedades rurais na ainda bem pequena cidade. A chácara localizada na então Rua da Margem, onde hoje é a João Alfredo, no bairro Cidade Baixa, era propriedade do sogro de Lopo Gonçalves Bastos. Nessa chácara, Bastos, entre 1845 e 1855 construiu um Solar para ser usado como local de veraneio, pois, conforme Simansky (1998), para moradia ele possuía outra residência, onde também funcionava seu estabelecimento comercial, no centro da cidade. Giacomelli informa que a área era:

(...) parte de um terreno constante de uma chácara semi-rural, que implementava a produção agrícola e a criação de animais, haja vista a existência de um potreiro que delimitava a chácara do terreno do Solar. Por extensão o terreno tornou-se uma pequena chácara que também executou plantações dentro de seus limites. (GIACOMELLI, 1992, p 17).

Pode-se perceber pelo inventário de seu sogro, João Luis Teixeira, a intimidade de Lopo Gonçalves com plantios, pois no documento está declarado que,

(...) nos fundos dessa chácara, do Potreiro até a Rua da Margem, meu genro Lopo Gonçalves Bastos, nele edificou uma propriedade de casas, e ali tem plantado e se acha hoje em estado de uma pequena chácara, tudo feito por ele. (SYMANSKI, 1998, p.96).

Bastos era político e comerciante, fundou e foi o primeiro presidente da “Praça do Comércio”, atual Associação Comercial de Porto Alegre, foi também fundador do Banco da Província e negociante de escravos. Em 1878, constavam 14 escravos⁸ de sua propriedade, sendo que três tinham atribuição de roceiros, o que confirma as atividades rotineiras de plantio na chácara.

⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, ano de 1878, autos n°429, março 19. Porto Alegre, 1° Cartório Civil, folha 7. In GIACOMELLI, 1992, p 17.

Bastos nasceu em Portugal, localidade de São Miguel de Gêmeos de Bastos, arcebispado de Braga, por volta de 1800, lugar que em 2013 sofreu uma reorganização espacial e atualmente se chama Celorico de Bastos, onde ainda hoje existem muitas magnólias⁹. Essa informação nos leva a suspeitar que a Magnólia já fosse conhecida por Bastos. Não encontrei registro de entrada de magnólias no Rio Grande do Sul, porém, tendo em conta que Lopo Gonçalves era abastado comerciante, conforme seu inventário nos indica, possuindo muitos estabelecimentos e trabalhando com navegação, talvez possa ter trazido, recebido ou encomendado a semente da Magnólia do exterior.

Considero a possibilidade acima indicada, tendo em vista que as plantas também seguem tendência de moda. Assim como hoje as suculentas e cactos, por exemplo, estão em alta atualmente, foram moda as samambaias nos anos de 1970 e as topiarias (arvoretas arredondadas por poda) foram revividas nos anos de 1980¹⁰. A presença de várias magnólias pelo mundo indica que eram tendência em 1830. A prova maior são as grandes árvores dessa espécie ainda hoje existentes plantadas na Casa Branca, residência oficial dos presidentes americanos. O então presidente Andrew Jackson mandou plantá-la em 1828, em uma homenagem a sua mulher, que também se chamava Magnólia. É a flor oficial dos estados americanos de Louisiana e do Mississippi, este último inclusive, tem uma cidade com o nome da árvore, fundada em 1856, o que reforça ainda mais a ideia de tendência de magnólias na época.

Outro dado importante é que em um de seus mandatos como vereador da cidade de Porto Alegre, Lopo Gonçalves, nos anos de 1868 e 1869, participou de uma comissão para arborização, respectivamente, na Praça da Alfândega e na Rua Duque de Caxias. Não foi possível averiguar se nesses locais foram usadas mudas ou sementes de Magnólia, mas posso considerar uma hipótese viável, uma vez que era comum o uso recorrente de árvores exóticas em arborização pública na cidade na época. De acordo com os registros históricos da própria Secretaria de Meio Ambiente, não havia uma preocupação contundente dos órgãos municipais em arborizar a cidade com espécimes nativas. Atualmente esse tipo de árvore – nativas - já está no plano de arborização urbana, desde 2006, pois é considerado que há melhoria de qualidade ambiental quando especificamente essas são usadas, pois são mais adaptadas ao clima, ao tipo de solo existente e fauna local.

Cabe destacar que o jornalista Alberto André defendeu veementemente a preservação

⁹ Carta do Patrimônio arquitetônico de Celorico de Bastos disponível em : <http://www.mun-celoricodebasto.pt/download/pt/ficheiros/voliii_carta-do-patrimonio-arquitetonico.pdf>. Acesso: 03 Nov.2018.

¹⁰Revista Casa e Jardim disponível em <<https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Paisagismo/noticia/2016/12/conheca-plantas-que-marcaram-ultimas-decadas.html>>. Acesso em 21 Out 2018.

do Solar como patrimônio cultural, bem como seu tombamento e transformação em museu. Nota-se na expressão “A Casa das Magnólias”, usada para designar a construção, a citação do nome da árvore. Dessa forma, podemos perceber que,

A representação do Solar como "Casa das Magnólias" é uma alusão à árvore centenária que adornava (e ainda adorna) o jardim do Solar e a qual o jornalista atribuía um valor afetivo, estabelecendo vínculos subjetivos de pertencimento que diferenciavam o Solar de outros prédios e que o legitimavam como patrimônio cultural. (ZUBARÁN, 2012, p. 94).

No trecho acima, Zubarán nos mostra a importância afetiva atribuída a casa e a essa árvore por Alberto André. Os vínculos subjetivos podem ser entendidos como memórias afetivas ou nostálgicas, e é alusivo ao sentimento da necessidade de preservação que o jornalista defendia.

Essas possibilidades estão relacionadas com as fotografias do Solar nessa época, guardadas na Fototeca Sioma Breitmam no MJF, onde aparece a Magnólia. Nota-se numa destas fotos (figura 6) a presença da Magnólia já adulta.

Não há consenso sobre a datação da foto, que não está indicada no documento, porém, conforme os técnicos do Museu, provavelmente, é da década de 1940, quando ainda era habitada pelos descendentes de Lopo Gonçalves.

Em 1946 o Solar foi adquirido pela família do Sr João Volkmer, político e empresário que tinha perto dali uma fábrica de velas. A intenção era usar a casa como depósito.

Figura 6 – Solar Lopo Gonçalves com a Magnólia adulta



Fonte: Fototeca Sioma Breitmam-MJF s/d

Em 1947 a prefeitura condenou o prédio por suas péssimas condições, autorizando no

ano seguinte, sua demolição (GIACOMELLI, 1992). Ainda neste ano o proprietário resolveu reformar a casa. Além de depósito, a partir de então, também funcionavam ali três unidades habitacionais, usadas como local de moradia para sua família e para os funcionários da empresa (ZUBARAN, 2012, p 97). A esposa, senhora Elisa Volkmer, fez nesta época algumas mudas de magnólia e deu de presente aos filhos. Um dos exemplares foi dado ao filho Paulo Volkmer, e foi plantada na casa que ele morava com a família no bairro Ipanema.¹¹

Outra peculiaridade era que na época que a família Volkmer habitava o Solar, alguns agentes funerários vinham recolher folhas de magnólia. A árvore considerada sagrada em países como a Índia, é usada em rituais de enterro. Parece que tinha seus admiradores também por aqui. Depois de prateadas com tinta, as folhas adornavam coroas para funerais, conforme Alves (19-- p. 7).

O Solar, depois de usado como moradia do neto, herdeiro do antigo proprietário, Sr. Volkmer, em 1966 é vendido para o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE), que pretendia construir ali um núcleo residencial para seus associados. Na impossibilidade de demolição da casa, o espaço acaba por se tornar um cortiço, até que em 1974 a Prefeitura Municipal decide adquirir o edifício centenário, por permuta de outro terreno. Finalmente em 1980 a restauração é oficialmente iniciada. No ano anterior, em 1979, foi decretada a criação do Museu de Porto Alegre, que passaria a se instalar no prédio do Solar em 1982, em um arranjo de pertencimento e representação da cidade, conforme esclarece Possamai:

O Museu de Porto Alegre receberia como doação uma das suas principais peças, o Solar Lopo Gonçalves. A construção com características da arquitetura luso-brasileira, devidamente restaurada e preservada para as futuras gerações, seria a partir de então inserida na história da cidade. Ou será que o Solar viria a abocanhar a cidade? Recebendo uma obra arquitetônica de tal monumentalidade, o recém-nascido Museu de Porto Alegre parecia muito frágil e pequeno para conter o Solar. (POSSAMAI, 2001, p. 40).

Temos que atentar para o fato de que o museu de Porto Alegre, além do Solar, também ganhava uma árvore histórica. Ela é um dos exemplares mais antigos da cidade e teve seu tombamento realizado antes da implementação do museu naquele espaço, numa decisão que antevia o desdobramento do destino do edifício. Isso reforça, na minha percepção, a musealidade da árvore, ou seja, “a sua *potencialidade* com base nos valores existentes e [que] pode adquirir novos valores quando é comunicado em um discurso museológico” (BRULON,

¹¹ Depoimentos sobre Porto Alegre antiga. 15 histórias. Manuscrito de Hélio Ricardo Alves, doado ao MJF em 1999, disponível na Biblioteca Walter Spalding.

2017, s/p.). Nesse sentido, a Magnólia também pode ser vista como uma “peça” do acervo do MJF, assim como Possamai (2001) considerou o prédio em relação ao museu.

Conferindo-lhe o reconhecimento de sua importância, em 1978 a Magnólia centenária do MJF foi tombada pelo município e teve a garantia de preservação permanente a partir dali. Os motivos para o tombamento da Magnólia, especificamente, foram: longevidade, beleza do espécime e sua localização. Ela sempre esteve em frente ao Solar, sobrevivendo às modificações daquela parte da cidade que de rural transformou-se em urbana, recebendo inúmeras obras viárias acompanhadas da derrubada de grande parte da vegetação a sua volta. Ela é uma sobrevivente ao tempo.

Alguns elementos que geram atribuição de valor museal ao Solar e à Magnólia são os mesmos. Por exemplo: O Solar e a Magnólia são centenários; ambos existem antes da criação do museu, sobreviveram às transformações urbanas e, tanto o Solar como a Magnólia, são tombados.

Outro ponto a ressaltar é que em praticamente todas as fotos do Solar, mesmo de ângulos diferentes, e em todas as épocas, quase sempre aparece a Magnólia, como se ambos fossem inseparáveis. Um sinal da dinâmica própria da localização da árvore no contexto do Solar, que acaba por sugerir a quem os fotografa, os dois elementos sempre associados.

Figura 7 – Imagem da Magnólia na época da restauração do Solar



Fonte: Caderno de Restauero, 1979

Partindo do que está estabelecido no regimento interno¹² do MJF, com a missão de “[...] promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural da cidade, com ênfase na sua história e memória, por meio da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob sua guarda” (PMPA, s/d) justifico que a Magnólia é uma peça importante e integrada ao MJF. Para contextualizar essa importância, no próximo capítulo falarei da trajetória da arborização urbana, festividades das árvores e aspectos legais de proteção e tombamento.

2.3 Folhas, flores e ramos - Arborização urbana, as festas e o Inventário de tombamento

No intuito de traçar um breve histórico da arborização em Porto Alegre, recorro aos primeiros registros escritos nos diários de Saint Hilaire, naturalista francês que esteve no Rio Grande do Sul entre 1820 e 1821. Chamaram sua atenção os salgueiros e sebes espinhosas nas casas de campo e jardins cercados. Ele também destacava alguns passeios públicos e praças¹³, considerando a cidade muito aprazível. Outro francês, Arsene Isabelle, em 1833 passando por Porto Alegre também realizou registros sobre a arborização da cidade na época, destacando:

[os] vales arborizados prolongando-se paralelamente as colinas do nordeste, a várzea ou planície atrás da cidade, com seus bosques, plantações de bananeiras, laranjeiras, palmeiras, cactos, todos cercados de sebes espessas, mimosas amarelas, vermelhas, violetas ou brancas, quase sempre em flor, e ainda além dessa planície do Sul, descansando agradavelmente a vista, lindas casas de campo (...). (ISABELLE, 1833, s/p).

Nota-se o encantamento do viajante com as cores, flores e variedades de vegetais por toda cidade. Alguns anos depois vieram as primeiras arborizações da administração pública, que foram realizadas em 1865 na Praça da Harmonia, atual Brigadeiro Sampaio. Há relatórios da Câmara Municipal registrando preocupação em relação falta de planejamento de arborização em 1867. Porém, os plantios projetados para as vias públicas só começaram em 1905, na Avenida Teresópolis, com 280 pés de plátanos.

Ainda no bairro Teresópolis, alguns anos depois, em 17 de setembro de 1911, houve a realização da primeira grande “Festa das árvores”, um evento histórico, que envolveu dezenas de populares de toda a cidade. Uma comissão organizadora formada por personalidades importantes na época, promoveu o evento. Teve como presidente, o engenheiro Antonio Veríssimo de Matos e como vice-presidente o também engenheiro, José da Costa Gama. A

¹² Para saber mais acesse: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/364_ce_27228_3.pdf

¹³ Projeto Monumenta-Inventário da Arborização, SMAM-PMPA (20--)/s/p

festa, depois de adiada duas vezes, era aguardada com ansiedade por crianças e adolescentes, que organizados em um coral de cento e duas vozes, acompanhados da banda da Brigada Militar, ensaiaram durante mais de um mês o canto de um hino, escrito especialmente para a festa. Houve tiros de dinamites, concursos, brincadeiras e inauguração de um monumento em homenagem “às riquezas que as árvores, as matas e as florestas podem oferecer”, (MACEDO, 1982) feito em mármore e porcelana. Nele, constava a letra do hino e outros elementos escultóricos. Este monumento, apesar de pouco preservado, restando apenas alguns resquícios de sua concepção original, ainda hoje está localizado na atual Praça Guia Lopes, que na época chamava-se Praça Dona Luiza. Pessoas, carros e carruagens transitavam pela avenida e pela praça participando de animada “batalhas de flores”. Somente tarde da noite as festividades se encerraram, com projeção ao ar livre de um filme muito aplaudido (MACEDO, 1982).

Este tipo de festividade foi inspirado no *Arbol Day* americano, uma festividade que teve seu primeiro registro em 1872 no estado de Nebraska, Estados Unidos da América. A iniciativa cívico-pedagógica contava com a participação de instituições públicas e particulares e o evento enaltecia plantio de árvores e ações de divulgação dos benefícios da arborização. A partir da festa dos Estados Unidos o evento se espalhou por diversas partes do mundo. Em Portugal começaram em 1907 se estendendo até os anos 1916, quando começou a primeira guerra mundial.

Figura 8 - Cartaz da Festa das Árvores em Portugal - 1909



Fonte: Vieira, 2010

Figura 9 - Cartaz da festa das Árvores em Porto Alegre s/d



Fonte: PIMENTEL, 1945.

A programação, semelhante em todos os lugares, contava com hinos, cartazes,

participação de escolares e envolvimento de toda comunidade. (VIEIRA, 2010 p 11).

Voltando ao Brasil, em Porto Alegre, no ano de 1917, na Avenida Osvaldo Aranha, sob administração do Intendente José Montaury, foram plantadas as palmeiras imperiais no corredor central (FRANCO, 1998 p. 296) e, em 1924, na gestão de Otávio Rocha, foi instaurada pela primeira vez um órgão dentro da Prefeitura dando conta do ajardinamento, estudo, organização e direção de viveiros, jardim botânico, mercado de flores, bem como o horto florestal da cidade, centro de produção de mudas, a chamada “8ª secção” (PMPA, s/d). Surgem neste período, as praças de recreio com aparelhagem para exercícios e quadras de esporte. Mais do que preservação ambiental, esses plantios eram entendidos como embelezamento do espaço público e criação de áreas de lazer.

Na década de 1930 tem início os projetos de ajardinamento do futuro Parque da Redenção e de outras partes da cidade. Uma informação bem peculiar foi o uso de magnólias, na arborização urbana no entorno do Paço Municipal, como indicam os registros fotográficos do plano diretor de arborização de vias públicas de Porto Alegre de março de 2000. Há referências de plantio de 10 exemplares dessa árvore na Rua Uruguai em 1936, (figura 10). Hoje elas não estão mais lá como se pode observar na figura 11.

Figura 10 - Paço Municipal com Magnólias



Fonte: Plano diretor de arborização de vias públicas de Porto Alegre, 1936

Figura 11- Paço Municipal atualmente



Fonte: a autora, 2018.

Na década de 1960 destaca-se a participação do engenheiro agrônomo Rui Baddo Krug, principal responsável pelo paisagismo da cidade e referência fundamental nas diretrizes de formação da Secretaria do Meio Ambiente de Porto Alegre, instaurada em 1976, mesmo ano que a prefeitura instituiu o decreto de proteção às árvores.

A lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 que instituiu o então Novo Código ambiental Brasileiro, diz em seu 7º artigo que “qualquer árvore poderá ser declarada de imunidade ao

corde mediante ato do poder público”, arrolada como Patrimônio Público, não poderá ser podada, derrubada ou levada à morte por meios artificiais. Inspirada nesse artigo a Prefeitura de Porto Alegre no ano de 1976, pelo Decreto Municipal 5.482, instaura na cidade o “Inventário das árvores tombadas e imunes ao corte”. Até 1978, instituiria mais quatro decretos semelhantes, totalizando 1019 árvores, com 93 espécies divididas em 41 nativas e 52 exóticas. Desde o primeiro decreto, já foram tombadas 1830 árvores. Atualmente o número de árvores tombadas é de 664, dentre as quais identificamos a Magnólia (*Magnolia grandiflora L.*), localizada no pátio do MJF.

Os critérios para escolha dos espécimes para tombamento, conforme projeto do Inventário foram: importância histórica, porte, beleza, localização de interesse paisagístico, raridade, longevidade, estado fitossanitário e por constituírem potenciais sementeiros.

Algumas árvores nativas que estão no inventário são de valor histórico, como, por exemplo, a figueira do gênero *Ficus*, localizada na Rua Siqueira Campos, no centro da cidade. Em 1884 essa rua era chamada de Rua das Flores, justamente por conta dessa árvore formar um tapete colorido na época da floração. A figueira nasceu junto ao trapiche da antiga Casa comercial Bromberg e era utilizada para descanso de animais. Havia outro exemplar da figueira, igualmente antigo, na mesma rua, mas hoje só resta esta.

Outras nativas constantes no Inventário são: *Araucária Augustifolia*, a árvore do pinhão, longeva e que atinge muito metros de altura; a Sibipiruna, *Caesalpinia peltophoroides*, muito ornamental com lindas flores amarelas no final dos ramos; o Gerivá, *Arecastrum romanzoffianum*, uma espécie de coqueiro que permite paisagens bucólicas; e as Capororocas, *Myrsine Coreacea*, árvore importante para fauna, bastante comum no estado e bem adaptada a sol e sombra.

Em relação às Magnólias, constam na lista de 1978, quatro exemplares, nos seguintes endereços: Avenida Teresópolis, 2893, que hoje já não existe mais; Rua Ramiro Barcelos 846, ainda existente e em bom estado fitossanitário; Avenida Protásio Alves, 2493, dentro do pátio do Colégio Santa Inês, ainda bem preservada, porém com alguns problemas de infestação de erva-de-passarinho, e Rua João Alfredo, 582 que é a Magnólia do Museu. Portanto, das quatro magnólias tombadas em 1978, três permanecem ainda vivas.

Figura 12 - Magnólia do Colégio Santa Inês



Fonte: Júlia Rancheski 2018

Figura 13 – Magnólia da Rua Ramiro Barcelos



Fonte: a Autora, 2018

Figura 14 – Magnólia do MJF



Fonte: a Autora, 2018.

Conforme relatório da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre¹⁴, em 2008 foram derrubadas indevidamente duas árvores: um exemplar de Nogueira Pecan e um exemplar de Palmeira Areca, ambas protegidas pelo decreto de imunidade. O crime ambiental foi feito por empreiteira de construção privada, o que gerou um processo de reparação a pedido do Ministério Público Estadual (MPE). Como a maioria das árvores tombadas se encontra em terrenos particulares, às vezes esse fato é interpretado como se a árvore pudesse ser suprimida apenas com licenciamento ou multa de compensação ambiental, o que de fato no caso das incluídas no Inventário, não acontece, pois o tombamento garante proteção permanente. A única exceção é quando a árvore apresenta risco de queda, o que não era o que se apresentava na ocasião. Diante da alegação da empresa de que não sabia que a árvore era tombada, foi feito então, relatório¹⁵ incluindo todos os Decretos de tombamento. Um levantamento atualizado da localização dos exemplares existentes e reavaliação do estado fitossanitário das árvores inventariadas desde a década de 1970. O relatório, a pedido do MPE, teve por intenção, a partir dessa atualização, divulgar o cadastro das árvores de forma *on line*, que agora pode ser informado rapidamente às construtoras, evitando novas perdas.

O estudo acima mencionado, realizado de 2009 a 2013, encontrou bastante dificuldade para atualizar o Inventário de tombamento, visto que várias ruas mudaram de nome, existiam numerações erradas nos endereços de localização e muitas árvores já não existiam mais. Foram encontradas cerca de 700 espécimes que, atualmente, têm suas fichas técnicas atualizadas e

¹⁴ Para mais informações acesse: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=278> Acesso em 04 Jul 2018.

¹⁵ Relatório atualizado. Para ver mais acesse <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/00Irelatorioimunesaocorte.pdf>

seus endereços georreferenciados. Isso significa a possibilidade da SMAM poder acessar pela ferramenta *Google Earth*, qualquer uma das árvores protegidas, proporcionando mais segurança a elas, uma vez que podem ser acompanhadas por meio virtual, o que também deu mais destaque ao inventário. Em tempos de degradação, colapso ambiental e urgência em preservação ecológica, visibilizar nosso patrimônio vivo se faz cada vez mais necessário.

No próximo capítulo, procuro investigar como especificamente a Magnólia é integrada nas atividades do MJF, se há conhecimento sobre seu tombamento municipal pela equipe do Setor Educativo do Museu, buscando também perceber as possibilidades de desenvolvimento de ações voltadas para o patrimônio ambiental, a partir dessa árvore histórica.

3 – MAGNÓLIA, PATRIMÔNIO VIVO

Por meio ambiente entendemos todo espaço em que se desenvolve a vida, incluindo os homens, os outros animais, os vegetais e os minerais. Somos os maiores atores neste processo. A degradação do meio ambiente surge praticamente junto com a existência e o desenvolvimento humano e as transformações sociais ao longo do tempo. Realizamos os processos construtivos, culturais e comportamentais da sociedade baseados numa crescente necessidade de consumo, que acaba por transformar bens naturais em bens de capital com alto custo energético. Produzimos cada vez mais e vemos claramente o avanço da degradação, da exploração industrial e do crescimento urbano sobre a natureza. Neste capítulo trago algumas reflexões de como a educação ambiental pode ser geradora de mudanças comportamentais e de como a ação sócio-educativa-cultural do museu é desenvolvida.

3.1 O Plantio - A necessidade de novos padrões de comportamento

Há um aumento demográfico acelerado e as edificações imobiliárias insistem em tomar conta de toda paisagem, entretanto temos ainda uma grande presença dos monumentos naturais, “os sítios e paisagens que importa proteger e conservar pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza” (DELFIM, 2005, p. 136), o que podemos entender como nosso patrimônio ambiental, que cabe a nós preservar, promover e aumentar.

Fomentar um novo padrão de preservação da natureza, que desacelere a exploração econômica e busque alternativas mais sustentáveis, criando um sentido de responsabilidade nas gerações atuais para com as gerações futuras é necessário. Muitos encontros intergovernamentais pelo mundo vêm abordando a temática ambiental. Destaco aqui um documento resultante das discussões de um desses encontros, a Carta da Conferência de Tbilisi¹⁶ que, em 1977, declarava que

nas últimas décadas, o homem, utilizando o poder de transformar o ambiente, modificou de maneira acelerada o equilíbrio da natureza. A consequência disso é que as espécies vivas ficam frequentemente expostas a perigos às vezes irreversíveis. (Carta de Tbilisi, 1977).

¹⁶ Foi a primeira grande Conferência Intergovernamental organizada pelas Nações Unidas (ONU) para tratar sobre Educação Ambiental, ocorreu de 14 a 26 de outubro de 1977 na cidade de Tbilisi, Geórgia, ex URSS. Para saber mais acesse <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tbilisi.pdf>

Criar processos de conscientização permanentes desencadeados a partir dos valores, das habilidades, da determinação e das experiências humanas é uma preocupação presente na Carta, uma esperança de que possamos individual ou coletivamente tomar atitudes de preservação, afinal é uma questão de sobrevivência, pois somos interdependentes desse sistema complexo que é a natureza. Ainda segundo recomendações do documento, defender o meio ambiente é um objetivo urgente para a humanidade, e pode ser feito por vias de educação não formal, no que se enquadram os museus.

Trabalhar o patrimônio na perspectiva da educação ambiental abre um grande horizonte de possibilidades e de reflexões sobre nossa relação com a própria existência, levando-nos a pensar sobre qual nossa responsabilidade com o bem comum - a natureza - o quanto somos parte dela, o quanto ela precisa de nós, e como somos protagonistas da degradação pelos modos consumistas atuais. Esse também é um dos aspectos que podem ser abordados na educação ambiental. O IDEC¹⁷, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor sugere sete maneiras de mudar hábitos de consumo, são os chamados 7R's: reduza, repense, responsabilize-se, respeite, recuse, reaproveite e só por último recicle. Essas sete diretrizes podem ser usadas para problematizar a quantidade de coisas descartáveis e inúteis produzidas sem parar pela indústria, e o quanto essa produção encontra clientes dispostos a adquirir esses produtos sem questionar muito. É sabido que o modo de vida humano tem desencadeado todos os problemas ecológicos existentes, pois:

(...) agora, a geração presente tem que assumir a posição de definir o legado ambiental para as gerações futuras. Por isso, os museus encontram-se na difícil tarefa de “tomar posição” ou pelo menos discutir o enfrentamento da conservação de um meio ambiente que se efetiva no devir. Para tal, são necessárias mudanças tanto na sua missão de forma a se integrar nas questões sociopolíticas e ambientais decorrentes do momento em que vivemos quanto nas suas práticas museológicas, de maneira a realmente atuar junto à sociedade promovendo uma reflexão crítica acerca dos diferentes modos de conceber e vivenciar a relação sociocultural do homem com seu meio ambiente.(ROCHA, 2015, p. 7).

A educação ambiental pode estimular o visitante, numa troca produtiva e enriquecedora de experiência museal. Pode ser um convite para interpretar o acervo e reelaborar um novo discurso de entendimento e conhecimento baseado numa combinação de experimentação atual com suas experiências anteriores. Aspectos que entendo como função dos museus, pois a partir da Carta de Santiago de 1972¹⁸, estes devem estar a serviço do desenvolvimento social e das

¹⁷ O IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) é uma associação de consumidores sem fins lucrativos, independente de empresas, partidos ou governos. Para saber mais acesse: <https://idec.org.br/>

¹⁸ A Carta de Santiago de 1972 foi um documento resultante do encontro do Conselho Internacional de Museus (ICOM) realizado em Santiago do Chile em 1972 onde a reflexão dos profissionais da área indicou um novo papel

pessoas.

Os museus que possuem áreas externas com vegetação têm a chance de proporcionar uma oportunidade maior de conexão de seus visitantes com a natureza. Podem promover a cultura de estar junto às árvores, estreitando nossa relação com o meio ambiente e estabelecendo vínculos humanos que estão se perdendo no meio urbano. É comprovado que interações deste tipo geram bem-estar psicológico e social. O acesso à natureza é um direito, uma necessidade humana. A Organização Mundial da Saúde (OMS)¹⁹ tem como conceito de saúde “um estado de completo bem estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Nesta linha, o jornalista americano Richard Louv fala que “a falta de contato das crianças com a natureza causa problemas físicos como a obesidade, e mentais como depressão, hiperatividade e déficit de atenção” (LOUV, 2016, p.89), ele alerta para essa influência direta no aspecto emocional e social das pessoas. O autor cunhou o termo “Transtorno de Déficit de Natureza”, destacando para a comunidade internacional o que suas pesquisas concluíram ao perceber esse problema generalizado nas sociedades contemporâneas. Esse estudo reforça, portanto, a importância da preservação do nosso meio ambiente e do contato com a natureza para a nossa saúde, onde mais uma vez posso enxergar possibilidades interativas de atividades culturais-educativas que os museus podem desenvolver a partir do patrimônio ambiental.

Enquanto profissionais de museus, devemos ter claro o quanto é possível estimularmos entre nossos visitantes novas percepções sobre os elementos da natureza, que muitas vezes estão presentes nas áreas externa dos museus, como patrimônios que podem ser compreendidos como “acervos vivos” e que merecem tanto cuidado e pesquisa, quanto as peças abrigadas nas áreas internas dessas instituições. Museus são lugares propícios para educação ambiental, pois conforme Rocha:

a Museologia encontra no tecido social formado pela relação homem/meio ambiente um campo fértil de análise e construção museográfica. A importância dada pela sociedade às questões ambientais encontra nos museus a possibilidade de ter como base de construção do seu conhecimento as abordagens científicas, mas estas atravessadas por outros valores sociais. (ROCHA, 2012, p.11).

Nesse sentido, a árvore Magnólia inserida no contexto do Museu Joaquim Felizardo,

aos museus no mundo contemporâneo. Entre seus postulados estava a construção do museu integral, destinado a conscientizar o homem-indivíduo e o homem-social dentro de seu mundo e de sua problemática. Nessa perspectiva incluímos a relação do homem com seu entorno, considerando o meio ambiente.

¹⁹ Para saber mais acesse

https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_aude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organizadores.pdf

pode ser o elemento ideal para problematizar, por exemplo, a arborização urbana, a fauna e a diversidade ambiental de nossa cidade, bem como desenvolver conhecimentos botânicos e reflexões sobre a extinção de espécies e vários outros aspectos ecológicos que podem promover a preservação ambiental. É possível imprimir a partir destas ações, desencadeamento de atitudes reflexivas perante o perigo do colapso ambiental a partir do abuso dos usos dos recursos naturais, que tem provocado aquecimento global e desertificação, por exemplo.

Assim, a árvore Magnólia do MJF como patrimônio, pode ser incluída em muitas atividades já existentes, pois é sabido que a degradação ambiental vem aumentando nas últimas décadas, e é desejável que nossos museus se posicionem, de forma multidisciplinar, buscando reflexões sobre compromisso e conduta pessoal de cada um de seus integrantes e visitantes diante desses problemas.

Como a árvore está em estado fitossanitário comprometido, novos olhares sobre esse patrimônio são necessários. Buscando compreender a possibilidade de experiências museais a partir das variáveis do meio ambiente, destaco as considerações de Rocha:

(...) nossas reflexões se direcionaram para os caminhos da musealidade do patrimônio “meio ambiente” na sociedade atual, nos direcionando para a constituição de um patrimônio que se define temporal e espacialmente na relação homem/meio ambiente e encontra como horizonte aberto uma nova categoria para pensar a musealização das “formas de vida”: o transitório. (ROCHA, 2012, p 8).

A transitoriedade temporal de um organismo vivo sinaliza a possibilidade de trabalho com a sensibilização para a efemeridade, pois inevitavelmente sua vida se encaminha para o fim. A constatação da proximidade deste fato, assim como as decisões que o museu tomará nas opções de preservação de sua memória são algumas reflexões que busco promover no próximo item. Também vou indicar e analisar documentos da instituição que registram atividades culturais, mediações e iniciativas de trabalho neste ambiente externo, para entender como se dão as abordagens existentes no Museu em relação à árvore.

3.2 –Os frutos- A Magnólia nas atividades culturais do Museu

Uma das grandes atribuições dos museus são as ações educativo-culturais. As escolhas dos parâmetros pedagógicos trabalhados devem buscar contemplar todas as esferas da diversidade cultural e cognitiva, pois, efetivamente,

a educação significa a implementação dos meios necessários para a formação e o desenvolvimento de pessoas e de suas próprias capacidades. A educação museal pode

ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante. (DESVALLÉS e MARRESSE, 2011 p 38).

As ações educativo-culturais têm a intenção de aproximar o museu de seus visitantes, buscar uma comunicação com eles ampliando a experiência museal que serve, então, para aumentar o repertório de pensamento, procurando entender outras formas de visão de mundo, que faça sentido dentro da realidade de cada um e seja um fator de mudanças de atitude.

O setor educativo do MJF preparou e disponibiliza um guia básico de treinamento para os estagiários na área de História e Museologia mediar as visitas no museu. Este documento chamado “Roteiro de Monitoria” traz um breve histórico do Solar e informa sobre os pontos a serem ressaltados durante a mediação. Na parte que fala do entorno do Museu, primeiramente destaca o “Frade de Pedra”, construção típica de época que funcionava como uma espécie de “meio-fio”, localizado na frente do MJF, perto da Magnólia. Menciona os “olhos de gato”, que são as janelinhas do porão do prédio que serviam para ventilar a provável senzala. Também aponta a seteira, que era uma abertura na parede a partir de onde se podia fazer uma observação da rua no intuito de vigiar e dar segurança. Orienta que os mediadores falem sobre a reserva técnica que se encontra no pátio, bem como a pesquisa arqueológica feita no museu, chamando atenção das janelas deste setor que antes não existiam na construção original. Aponta que a escultura “Égua bebendo água”, que encontra-se exposta no pátio do MJF, foi uma doação de seu autor, Vasco Prado. O roteiro indica também a presença da Magnólia, dizendo que a mesma é “considerada como patrimônio por ter sido plantada após a construção do Solar, possui mais de cem anos”.

Acompanhando uma das mediações no museu, foi possível perceber como a Magnólia é trabalhada. Logo no início da atividade, quando é atendido um grupo, ainda com todos os visitantes na rua, embaixo da Magnólia, é apenas dito que a árvore é centenária, conforme consta no roteiro. Como já era esperado, não é feito nenhum comentário sobre aspectos botânicos, do inventário, fitossanitários ou histórico. Creio que poderia haver um programa educativo mais abrangente da temática, com uma mediação que contemplasse mais informações e conhecimento em relação à Magnólia. Criar-se-ia, então, a oportunidade de trabalhar educação patrimonial e ambiental no sentido de que uma árvore é também um bem de todos, fundamental para a qualidade de vida na perspectiva da sustentabilidade e da ecologia, que são assuntos muito relevantes atualmente.

Creio que este guia do MJF poderia ser ampliado, no intuito de estabelecer uma prática

educativa ambiental incluindo outras informações botânicas, históricas, ambientais e em relação ao tombamento da árvore Magnólia. Estimular um pensamento ecológico-crítico nos visitantes da instituição, requer uma atenção especial para a complexidade e realidades contemporâneas. Conforme as orientações do Programa Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA - uma parceria do Ministério da Educação com o Ministério do Meio Ambiente:

A educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das interações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos. Mais até que uma abordagem sistêmica, a educação ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas. (ProNEA, 2014,p 24).

É desejável que as equipes educativas dos museus avancem no sentido de auto-reflexão, buscando um discernimento crítico sobre os perigos de transmitir conhecimentos tomando o visitante como sendo um mero receptor de informação, a partir de uma doutrinação dogmática ou excludente. Mas se pode ir além. Elevar o processo educativo de modo a ampliar a percepção e cognição para que os sujeitos compreendam sua expressão no mundo como ações que causam consequências, que não só buscam um entendimento da necessidade de ações cidadãs pautadas nas problematizações do mundo, como cria ideias e valores resignificantes da conscientização ambiental, o que podem trazer mudanças efetivas no viver coletivo.

Ainda que o MJF venha promovendo atividades ao ar livre como o “Piquenique Cultural no Museu²⁰”, evento que envolve a comunidade no entorno do prédio aproximando as pessoas da natureza, considero que a questão ambiental poderia estar na pauta de mais atividades socioculturais promovidas na instituição, pois,

a sociedade do presente tem a responsabilidade de refletir sobre a dimensão do patrimônio ambiental que se encontra à nossa disposição, menos em função de nós mesmos e do sentimento de perda, que em função das gerações futuras e do sentimento de continuidade do que ainda resta a ser conservado.(ROCHA, 2012, p. 22).

O museu, assim, poderia estar fazendo uma grande reflexão ambiental, divulgando mais

²⁰ Atividade gratuita que acontece das 13:00 às 21:00 horas no pátio do Museu em alguns domingos do ano e está em sua 18ª edição. Além de abrir as portas para visitação das exposições, oferece atrações artísticas como música, serviço de gastronomia, espaço para piquenique, bazar, artesanato e massagem. Para saber mais acesse <https://www.facebook.com/events/244934653035820/>

informações sobre a árvore, promovendo o conhecimento do tipo de ambiente natural que está ao nosso redor, no qual nos inserimos e somos interdependentes.

No quadro a seguir foram selecionadas oito ações variadas desenvolvidas no museu no recorte temporal de 1983 até 2012. A seleção dessas atividades foi feita a partir da minha percepção de apresentarem alguma possibilidade de inserção da árvore Magnólia enquanto motivador de educação ambiental. Mostram a possibilidade de atividades multidisciplinares que contemplem o enfoque também no acervo de plantas do museu dentro das programações de palestras, exposições, rodas de chimarrão e diálogos.

Quadro 1- Atividades culturais desenvolvidas no museu dos anos de 1983 ao ano de 2012.

Data	Descrição da atividade
mai/1983	A) Museu de Porto Alegre é movido para o Solar. Começo das rodas de chimarrão aos sábados.
Jul/1987	B) Divulgação do programa Museu-Escola, no qual alunos das escolas municipais de Porto Alegre visitaram o museu aos sábados pela manhã.
Jun/1994	C) Kaingang em contraste- Exposição de artefatos da cultura indígena
1998	D) Porto Alegre uma estória em três tempos- - Exposição do processo da área de colonização urbana de Porto Alegre
Mar/1999	E) 20 anos do MJJF - Exposições sobre história de Porto Alegre, vídeo Solar Lopo Gonçalves
Set/2008	F) Encontros à luz da memória- Palestra com Gunter Axt- O entretenimento em Porto Alegre
2012	G) Novo módulo da exposição Transformações Urbanas- O Solar que virou Museu memórias e histórias
Mar/Nov 2012	H) Diálogos no museu- conversas entre especialistas da área de história, museologia e arquitetura a respeito de temas museológicos

Fonte: a Autora, 2018.

Partindo do entendimento de que as mediações feitas em ambientes externos de nossas

instituições podem e devem estimular a interação do público com as emoções advindas da natureza, ampliando e relacionando a sensação de consciência ambiental com valor de pertencimento, permito-me fazer reflexões sobre possibilidades de ampliação das ações acima listadas, sugerindo a inclusão do meu objeto de estudo, pois julguei que há possibilidade de inserção da árvore dentro dos contextos propostos, já que se trata de espécime tombada junto a um prédio histórico, possui valor patrimonial ambiental e merece ter mais locução sobre sua existência.

A atividade “A”, as *Rodas de chimarrão* poderiam ter sido feitas embaixo da Magnólia, abordando a história da árvore e da arborização da cidade. Na atividade “B” uma ampla educação ambiental para os estudantes, poderia ter sido feita a partir do pátio. Na exposição da etnia Kaingang, poderiam ter sido feitas trilhas no pátio aprendendo pela visão dos indígenas, usos e nomes das árvores, ampliando a atividade “C”. Na atividade “D” poderia haver uma roda de conversa sobre como funcionou a arborização da cidade através dos processos de colonização urbana e a importância da Magnólia como patrimônio tombado pela Prefeitura e sua relação com o Museu. Sobre efeitos da arborização urbana, poderia ter tido uma palestra nos 20 anos do MJF, atividade “E”. Como era o entretenimento em Porto Alegre, na atividade “F”, poderia ser incrementado com uma atividade sobre brincadeiras antigas, incluindo experiências embaixo da árvore. A atividade “G” que traz a proposta de memórias e histórias, poderia convidar os vizinhos e alguns técnicos para fazer uma conversa na rua, perto da Magnólia, nos moldes informais como eram as conversas dos vizinhos na frente das casas, percebendo qual o valor afetivo das árvores nas casas e na cidade. Na última atividade, a “H”, poderia ser incluída uma palestra sobre a importância da preservação da arborização nos contextos urbanos.

Promover um debate de atribuição de valores e apropriação do patrimônio pela sociedade é uma das inúmeras possibilidades da Museologia. Porém, considerando o contexto em que as atividades foram desenvolvidas - com exceção talvez das atividades G e H desenvolvidas em 2012 – talvez pudéssemos aventar a possibilidade de que à época das demais atividades, o entendimento de que a natureza também integra o patrimônio, não era tão evidente. Percebi que fazer interlocuções com os visitantes sob o ponto de vista que reforça junto à comunidade noção de identidade e pertencimento da árvore ao contexto museológico, até hoje, ainda não foi prioridade nessas ações educativas. Talvez pela tipologia do museu, ou por ainda termos muito a avançar na consciência ambiental dentro das próprias instituições.

Entendendo a atenção aos nossos patrimônios ambientais como uma necessidade urgente, mostrar a possibilidade da relação entre pessoas e as árvores nestes tempos, é assunto que poderia estar na programação dos museus que tem áreas externas, como é o caso do MJF.

O Museu pode contribuir ainda mais nesta reflexão, pois dentro do conceito de patrimônio ambiental pode-se entender o conjunto amplo de elementos naturais e ambientais combinados com construções humanas e a responsabilidade de todos em relação a esse meio ambiente.

Outra análise desenvolvida tomou como fonte o documento, não publicado, “Projeto Museográfico”, elaborado por solicitação da direção do Museu à pesquisadora Maria Tereza Brunelli. Finalizado em 1996 e arquivado hoje na instituição, este documento visou à elaboração de um estudo para a área externa do MJF. A partir desse estudo, foi apontada a necessidade de várias modificações na abordagem dos objetos do pátio, porém não há outros registros sinalizando que as sugestões do diagnóstico tenham sido implementadas.

O documento de 1996 apresenta uma análise do tratamento dado à identificação das plantas do pátio do MJF, concluindo que a sinalização da vegetação era dada por antiga identificação, remanescente da época do restauro do Solar, ou seja 17 anos na época do estudo. Existiam etiquetas de madeira em algumas árvores, colocadas de forma que pareciam um “colar” prendendo a placa ao tronco do espécime. Essa identificação era composta primeiramente da palavra SMAM, seguido do nome científico e nome popular das árvores. Segundo o estudo nem todos os exemplares eram identificados, alguns tinham as placas em lugar muito alto - imagino que, se foram colocadas na época do restauro, devem ter subido conforme o crescimento da árvore - O documento também aponta que outras placas estavam sujas, impedindo a leitura da identificação, concluindo que

(...) se algumas árvores estão sendo destacadas das demais e identificadas é porque elas têm algum simbolismo. Este pode ter relação com a espécie da planta, com a sua idade, com alguma representação da história do Solar e assim por diante. No entanto isso não nos fica claro. Apontamos então para a necessidade de realização de um plano que defina claramente essa intervenção para que a partir daí seja realizado um tratamento consistente na identificação dessas árvores. Da mesma forma que a contextualização – utilizando meios adequados – se faz necessária; o nome científico e popular apresentados de forma isolada parece não significar muito (e nem mesmo o destaque dado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente), considerando que estamos tratando de uma área, que mesmo sendo externa, é parte do Museu Joaquim José Felizardo. (BRUNELLI, 1995, s/p).

Há uma problematização da sinalização da vegetação existente, a partir do simbolismo histórico, dando a entender que se refere à Magnólia, mas não explicitamente.

Cabe destacar que, o documento de 1996 percebe uma identificação confusa, incompleta e ineficaz das árvores. Porém, atualmente a sinalização é completamente inexistente, não há nenhum tipo de identificação das plantas no jardim, fator que considero contribuir para que o público em geral desconheça a vegetação do pátio do MJF.

Creio que não apenas a sinalização, mas atividades com informações sobre a vegetação do entorno poderia agregar empatia e mais proximidade dos visitantes com a instituição. Dar ao público a oportunidade de entender a configuração do pátio como parte da história do Solar e a particularidade de ter inserida uma árvore centenária num ambiente histórico, pode proporcionar reflexões temporais, sociais e antropológicas, que amplificam a dimensão participativa dos visitantes, convidando-os a repensar a vegetação como parte fundamental da cidade e de nossas vidas.

O regimento interno do MJF, atualizado em 2011, apresenta na sua terceira seção, o Setor de História Ambiental, que atribui competência à pesquisa científica sobre a história da ocupação humana nas unidades de paisagem do município de Porto Alegre, através de uma equipe com formação técnica, que divulgaria resultados de projetos, dando suporte científico na concepção de exposições. Como está previsto no regimento interno, o Museu tem potencial para o trabalho de profissionais graduados nas áreas relacionadas às ciências ambientais, fomentando aprendizagem integrada a partir do acervo ambiental externo. Seria importante que mais pesquisadores da temática, fossem agregados à equipe institucional, fazendo produções culturais para contemplar a lacuna referente à educação ambiental no MJF.

Outro projeto digno de análise foi o “Turismo fazendo escola”, edição 2017, da Prefeitura de Porto Alegre. Nele, as crianças do 4º ano da rede escolar municipal, fazem um roteiro de passeio pela cidade a bordo do ônibus de turismo, iniciando no terminal da linha, na Travessa do Carmo, percorrendo o Centro Histórico e encerrando no Museu, onde descem do ônibus para fazer uma visita mediada e um lanche coletivo no pátio.

Fazia parte da programação uma atividade posterior ao passeio, quando as escolas eram convidadas a enviarem de volta para os agentes do projeto, um registro da experiência em forma de desenho feito pelos alunos. De todas as escolas participantes do projeto em 2017, apenas 14 deram retorno da atividade, participando no total com 361 desenhos. Destes, apenas 12 trabalhos apresentam o Museu, e dentre eles seis retratam a Magnólia, conforme pode ser visto nas figuras abaixo.

Figura 15- Desenho de aluno A



Fonte: PMPA

Figura 16- Desenho de aluno B



Fonte: PMPA

Figura 17 Desenho de aluno C



Fonte: PMPA

Figura 18 Desenho de aluno D



Fonte: PMPA

Figura 19 Desenho de aluno E



Fonte: PMPA

Figura 20 Desenho de aluno F



Fonte: PMPA

Um aspecto interessante levantado nesta análise foi a representação figurativa espontânea das crianças que participaram da atividade posterior ao passeio. Expressaram nas imagens o que ficou da visita ao Museu. Apesar de ser pouco trabalhada na mediação, ainda assim, a árvore mereceu atenção. O número de desenhos que traz a árvore Magnólia - metade dos que trazem a representação do MJF - demonstra que há um imenso potencial a ser desenvolvido, no sentido de uma sensibilização para importância histórica, botânica, ecológica, ambiental e patrimonial da árvore. O interesse existe, pode ser potencializado e aproveitado.

As árvores são úteis para a fauna, favorecem o clima, reduzem a poluição, embelezam, oferecem sombra, são fundamentais para a qualidade dos recursos hídricos, servem como barreira de ruídos e proporcionam sensação de calma. A Magnólia, em especial, ainda representa valores culturais da memória histórica da cidade e tem um grande potencial sensibilizador, podendo elevar a ação efetiva de educação patrimonial e ambiental a patamares eficientes de preservação.

Não podemos esquecer que esse patrimônio vivo está sobrevivendo ao tempo, porém elementos naturais são regidos pelo transitório. A própria representação da finitude desse bem, digno de atenção e respeito inclusive pelos seus longos anos, é o que pode motivar o trabalho de conscientização ecológica diante da efemeridade da natureza. Uma árvore tem sua própria sistemática de nascimento, duração e morte, que é regida por um ritmo dinâmico e equilibrado. A preservação de um patrimônio ambiental não determina a eternidade dele, pois o fator da perda é iminente, nada é eterno. Mas há possibilidade de perpetuação desse ser vivo através de suas sementes, o que nos leva a refletir sobre nosso papel e responsabilidade em relação à fragilidade do nosso patrimônio maior, nossa própria vida e do planeta que estamos temporariamente inseridos. Fatores que podem pontualmente serem trabalhados com os visitantes.

4 AS SEMENTES - MAGNÓLIA TE LEVO NO CORAÇÃO

Busquei levantar nesta pesquisa, os dados históricos e botânicos sobre a árvore Magnólia do MJF, os quais serviram para mostrar o quanto ela é importante como patrimônio ambiental focalizando seu potencial para novas abordagens de desenvolvimento de ações sócio-educativo-culturais no Museu.

Apesar de não ter conseguido precisar a idade da árvore Magnólia, como intencionava no início do trabalho, ou seja, de não conseguir identificar a data precisa em que foi plantada junto ao Solar de Lopo Gonçaves, a pesquisa me proporcionou levantar uma série de informações sobre a arborização de Porto Alegre, percebendo que essa espécie também foi plantada em outros locais da cidade, levando a acreditar que ela pode ter sido “moda” em determinado período.

Perceber a atribuição de valor estético, histórico e ambiental à Magnólia do MJF a partir de sua inclusão no Inventário de árvores Imunes ao Corte, pelo Decreto Municipal e sua presença junto ao Solar, mesmo antes da criação do Museu de Porto Alegre, me levou a propor à reflexão que instiga o entendimento da Magnólia, mesmo que simbolicamente, como um acervo do MJF.

Logicamente, ela não se enquadra na categoria de “objeto” de museu, pois não está registrada no livro tomo, não tem um número de catalogação, não perdeu sua função original de árvore para tomar lugar em vitrine, assim como nunca vai ser recolhida para a reserva técnica. Porém, pertence ao MJF, faz parte do entorno, tem sua identidade associada a essa instituição museológica e merece mais atenção.

A informação levantada na pesquisa do tombamento da Magnólia registrado no Inventário das árvores, realizado a partir de 1978, demonstra seu valor histórico, cultural e ambiental, permitindo entendê-la enquanto patrimônio vivo e como mote para a elaboração de atividades que reflitam sobre nossa responsabilização ambiental. Nesse propósito, a Magnólia é culturalmente reconhecida como integrante da história do próprio Solar, podendo se abordar através dela, temáticas como a ecologia e educação ambiental de maneira dinâmica, plural e transformadora.

Chamei a atenção para o iminente desaparecimento da árvore, uma vez que está diagnosticado seu estágio de final de vida, mas há esperança de reproduzi-la através de

sementes, o que pode desencadear também uma grande ação com participação do público do museu. Assim, mesmo na iminência da perda desse elemento vivo da natureza, pode-se propor atividades que envolvam a comunidade abrindo reflexões sobre nosso comportamento e as ações que desencadeiam mudanças de atitude e escolhas éticas que definam o futuro da nossa existência neste planeta. Tarefa urgente, necessária e perfeitamente cabível às instituições museológicas.

Relativo às ações sócio-educativo-culturais no MJF, constatei que as mediações mencionam a árvore Magnólia, mas de forma muito breve, apenas apontando sua presença e sua provável idade. Há muitas possibilidades de trabalho que ampliariam as atividades culturais, promovendo a consciência ambiental da preservação do patrimônio a partir da área verde externa, enquanto espaço de referência social. Porém faltam informações sobre a árvore. Os mediadores não recebem orientações específicas sobre esse bem. Os visitantes do Museu não encontram nem mesmo uma simples placa identificativa. Percebi que há interesse tanto da equipe do Museu, quanto dos visitantes em saber mais sobre o espécime. Há grande potencial para desenvolver atividades onde se poderia, a partir da Magnólia, problematizar valores e promover comprometimento em relação ao patrimônio ambiental. Para isso seria necessária uma sensibilização prévia dos próprios mediadores, promovendo a formação de equipes de agentes ambientais, por treinamento específico multidisciplinar que dessem conta dos muitos aspectos da vegetação do pátio, e especificamente da Magnólia. Necessário também construir e disponibilizar de forma constante instrumentos de apoio feitos a partir de pesquisa que resultem em material didático dessa temática, que contribuíssem na formação desses mediadores através do tempo, abrindo caminhos de enriquecimento do repertório botânico e ecológico. Isso abriria novas possibilidades de ações educativas incluindo outros elementos vivos que se encontram no entorno do prédio.

Identifiquei que o envolvimento do público do Museu com a Magnólia pode ser ampliado em muitos aspectos, que as atividades no Museu podem incluir o debate ambiental, promovendo transformações que possibilitam o enriquecimento do papel da instituição e o fortalecimento de sua relação com seus frequentadores no decorrer do tempo. Para isso seria necessário, por exemplo, a sinalização e conhecimento do entorno do museu, para um aproveitamento maior da estrutura disponível no pátio, como a Magnólia e outras árvores, relacionando sensação de pertencimento com consciência ambiental.

Através da análise do regimento interno de 2011, que se mostra ainda atual, pois traz projetos pontuais e necessários a serem postos em prática, percebi como uma equipe

multidisciplinar para educação ambiental, mais do que desejável seria uma grande mudança de paradigmas dentro da instituição.

Analisando os desenhos feitos pelas crianças, constatei que a Magnólia chama a atenção e está associada à imagem do próprio Solar, pois representada junto a ele nos desenhos dos estudantes, indica que é válida a consideração que ressaltei ao longo do trabalho: uma das tarefas do Museu pode ser formar sujeitos atuantes e responsáveis, dentro de propósitos éticos e inclusivos que promovam novos paradigmas para além das motivações econômicas, culturais ou sociais que ditam as regras hoje. O potencial educativo da Magnólia pode ser desenvolvido através de novas experiências, aprendizagens e trocas de saberes no contexto da experiência museal. Mas para isso o Museu deve incorporar o seu jardim, o seu ambiente externo como parte de seu acervo, ainda que simbolicamente.

Há necessidade de assegurar que as condições de vida no planeta para as gerações futuras sejam garantidas. Isso é um compromisso que deve ser mantido desde agora pelas gerações atuais. Isso é urgente e necessário. A educação ambiental em museus, para preservação do patrimônio vivo tem o poder de formar atores que sejam protagonistas em seu papel de transformar o mundo. E essa pesquisa, sem pretender esgotar o tema, intenciona ser uma semente para novos olhares sobre o patrimônio ambiental como objeto de pesquisa na Museologia.

REFERÊNCIAS

Associação de Defesa do Patrimônio Cultural e Ambiental de Algarve. **Rota das Árvores Monumentais**. Algarve Portugal. Disponível em <<http://www.viaalgarviana.org/wp-content/uploads/2015/07/Rota-das-Arvores-Monumentais PT. pdf>> Acesso em 18/10/2018

ALVES, Hélio Ricardo. **Depoimentos sobre Porto Alegre**. 15 Histórias. Manuscrito. Porto Alegre s/d

BRASIL, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo código Florestal. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. A> Acesso em 02/07/2018

BRUNELLI, Maria Teresa. **Projeto Museográfico** - Espaço de entrada. Museu Joaquim José Felizardo. Trabalho de Consultoria solicitado pela Diretoria do Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre, 1995.

BRULON, Bruno. **Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100403#fn53>

Carta da Conferência Intergovernamental de Tbilisi Disponível em: <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf> acesso em 22/10/2018

COSTA, Nuno. Magnólia do Convento morreu, mas Monchique não deixa apagar a sua memória. **Sul Informação**. Algarve – PT. 22/03/2017. Ambiente. Disponível em <<https://www.sulinformacao.pt/2017/03/magnolia-do-convento-morreu-mas-monchique-nao-deixa-apanar-a-sua-memoria/>> Acesso em 16/10/2018

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. **INTERVENÇÕES EM JARDINS HISTÓRICOS**. Brasília IPHAN 2005

DESVALLÉES , André e MAIRESSE, François **Conceitos-chave de Museologia**, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

Editora Globo. **Revista Casa e Jardim**. São Paulo Brasil, 2016 disponível em <<https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Paisagismo/noticia/2016/12/conheca-plantas-que-marcaram-ultimas-decadas.html>. Acesso em 21 Out 2018.

ELY, Lísia **Relatório de árvores imunes ao corte**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2013. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/001relatorioimunesaocorte.pdf>

GIACOMELLI, Sérgio. **Solar Lopo Gonçalves de propriedade rural a museu de Porto Alegre. Porto Alegre**. Cadernos de Museu 2 Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

ICOM, **MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE**, 1972. Disponível em <https://claudiaporto.files.wordpress.com/2010/11/1972-mesa-redonda-santiago1.pdf>

Instituto Hórus. **Estratégias e políticas públicas para o controle das espécies exóticas invasoras** / Consultoria técnica de Sílvia Ziller. 1ª. ed. - Porto Alegre: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, 2016

LORENZI, Harri. **Árvores Exóticas do Brasil**. São Paulo :Instituto Plantarum, 2003.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza**. São Paulo: Editora Alana, 2014.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Aspectos culturais de Porto Alegre**. SMEC.Divisão de cultura, 1982

Naraim, Kiran. *The Tribune India*. 23/10/2005 Disponível em: <https://www.tribuneindia.com/2005/20051023/spectrum/garden.htm>. Acesso em: 7/10/2018

PAES, Magda Passos. In Revista on line IPOG- ESPECIALIZE- **Plantas exóticas invasoras do Brasil**. Disponível em <[file:///C:/Users/USER/Downloads/magda-passos-paes-10121812%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/magda-passos-paes-10121812%20(2).pdf)>Acesso em 18/10/2018

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre. Imprensa Oficial, 1945

PORTO ALEGRE, Decreto 5482 de 8 de abril de 1976. **Declara imunes ao corte as árvores que indica e dá outras providências**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/portoalegre/decreto/1976/549/5482/decreto-n-5482-1976-declara-imunes-ao-corte-nos-termos-do-artigo-7-da-lei-federal-4771-de-15-de-setembro-de-1965-codigo-florestal-as-arvores-que-indica-e-da-outras-providencias?q=imunes+ao+corte>>Acesso em 02/07/2018

PORTO ALEGRE, Secretaria Municipal da Educação e Cultura. EPACH. **Solar Lopo**

Gonçalves Porto Alegre, Prefeitura Municipal 1987. Caderno de Restauo I

PORTO ALEGRE, Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Plano diretor de Arborização de vias públicas**/ coordenado por Maria do Carmo Conceição Sanchotene – Porto Alegre , 2000, 204 p.

POSSAMAI, Zita. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo**,s.a.Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=278> Acesso em 04/07/2018

Priore, Mary Del. **Histórias da gente brasileira: Império** – Volume 2 Editora Leya 2016

PRONEA. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 2014 Disponível em <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web1.pdf>

Acesso em 15/11/2018

PUENTE, André Duarte. **Projeto Monumenta: Inventário de arborização**. PMPA. Porto Alegre [200-]

Symanski, Luis Claudio P. **Espaço privado e vida material e vida matérial em Porto Alegre no Seculo XIX**. Porto Alegre EDIPUCRGS, 1998

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos **Musealizar o transitório: O adensamento das relações entre tempos e espaços** / Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha. – Rio de Janeiro, 2012, Disponível em:<[http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pesquisa-em-ciencia-da-informacao/pos-doutorado/pesquisas-concluidas-1/musealizar_o-transitorio-o-adensamento-das-relacoes-entre-tempos-e-espacos/Relatorio%20pos doutorado%20Luisa%20Maria%20Rocha_ versao %20 final. pdf](http://www.ibict.br/capacitacao-e-ensino/pesquisa-em-ciencia-da-informacao/pos-doutorado/pesquisas-concluidas-1/musealizar-o-transitorio-o-adensamento-das-relacoes-entre-tempos-e-espacos/Relatorio%20pos%20doutorado%20Luisa%20Maria%20Rocha_versao%20final.pdf)>Acesso em 20/11/2018

Vieira José Neiva,. **O Culto da Árvore e a 1.ª República**. Autoridade Florestal Nacional Lisboa, PT, 2010. Disponível em <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/memoflo/resource/doc/cult-arv.pdf>

ZUBARAN ,Maria Angélica Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 2 – 2012 **O processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves: o solar que virou museu-**

Disponível em < [file:///C:/Users/USER/Downloads/234-945-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/234-945-1-PB%20(2).pdf)

Anexo A - Ficha SMAM 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ficha nº

ESSÊNCIA IMUNE AO CORTE

situação

localização

Nome popular

Nome científico

levantamento

proprietário

Características:

localização no terreno

origem

nativa

exótica

idade

Altura

Diâmetro do caule

Circunferência Altura Peito

Diâmetro da Projeção da Copa

justificativa para imunidade

interesse botânico

raridade

porta semente

interesse paisagístico

localização

beleza

Af. lat. dir.= 12.10
Af. front.= 7.80

Observações:

nº de indivíduos: 1
Estado fitosanit.: Regular
Decreto nº 6269/78

Necroses - brocas. Executada dendrocirurgia. Cipó-cabeludo/ripsális/ bromélias.



foto

Anexo B - Ficha SMAM 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		ficha nº	<input type="text"/>
ESSÊNCIA IMUNE AO CORTE			
situação	<input type="text" value="Rua João Alfredo, 582"/>		
localização	<input type="text" value="No recuo de jardim."/>		
Nome popular	<input type="text" value="Magnólia"/>		
Nome científico	<input type="text" value="Magnolia grandiflora Magnolia grandiflora L. (atual)"/>		
levantamento	<input type="text" value="30.07.2018"/>		
proprietário	<input type="text" value="Museu Felizardo - próprio municipal."/>		
Características:	localização no terreno		
origem	nativa	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	exótica	<input checked="" type="checkbox"/>	
	idade	<input type="text"/>	
	Altura	<input type="text" value="11.00"/>	
	Diâmetro do caule	<input type="text" value="1.30"/>	
	Circunferência Altura Peito	<input type="text" value="3.80"/>	
	Diâmetro da Projeção da Copa	<input type="text" value="11.50"/>	
justificativa para imunidade			
interesse botânico	raridade	<input type="text"/>	Af. lat. dir.= 12,10 Af. front.= 7,80
	porta semente	<input type="text"/>	
interesse paisagístico	localização	<input checked="" type="checkbox"/>	
	beleza	<input checked="" type="checkbox"/>	
Observações:			
nº de indivíduos:	1		
Estado fitosanit.:	Péssimo Necroses, fungos, dendrocirurgia, oco Cipó-cabeludo/ripsáis/erva-de-passarinho.		
Decreto nº	6269/78		
			
foto antes	foto atual	foto atual	